

TOPOGRAFIA DA CULTURA: UM CONCEITO DESCRITIVO ACERCA DA MATERIALIDADE COGNITIVO-DISCURSIVA

Marlúcia Mendes da ROCHA⁸¹

Camilla Ramos dos SANTOS⁸²

Resumo: Postula-se uma teoria materialista do discurso para constituir a sistematização de um nível de existência sócio-histórica e geopolítica, que coteja conceitos da Análise de Discurso, priorizando a materialidade cognitivo-discursiva. Neste estudo, é realizado um exercício topográfico como um dispositivo de análise descritiva, enfatizando o corpo cognoscente e o fenômeno do assujeitamento ideológico. Mediante os princípios teóricos das Geografias do Corpo, compreende-se que o corpo sistematiza uma metáfora orientacional, com funções cognitivas que constituem saberes em territórios narrativos onde pode estar ancorada a Ideologia, uma prática subjetiva que funciona como um complemento do imaginário e um paradigma da memória.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Geografias do Corpo. Materialidade cognitivo-discursiva. Metáfora orientacional. Topografia da Cultura.

Abstract: *A materialist theory of discourse is postulated to constitute the systematization of a level of socio-historical and geopolitical existence, which contrasts concepts of Discourse Analysis, prioritizing the cognitive-discursive materiality. In this study, a topographic exercise is performed as a descriptive analysis device, emphasizing the knowing body and the ideological subjugation phenomenon. Through the theoretical principles of the Geographies of the Body, it is understood that the body systematizes an orientational metaphor, with cognitive functions that constitute knowledge in narrative territories where Ideology can be anchored, a subjective practice that works as a complement of the imaginary and a paradigm of memory.*

Keywords: *Discourse Analysis. Geographies of the Body. Cognitive-discursive materiality. Orientational metaphor. Topography from the Culture.*

⁸¹ Docente no Mestrado em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), Departamento de Letras e Artes, Ilhéus, Bahia, Brasil. Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: malu.mm@gmail.com.

⁸² Mestre em Letras: Linguagens e Representações, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), Ilhéus, Bahia, Brasil. E-mail: camilla_ramos81@hotmail.com. Bolsista Capes.

Introdução

Quais são as condições de produção de um discurso? Esta é a primeira pergunta que um analista deve fazer a si próprio. A Análise de Discurso consiste em nomear um signo inscrito em uma memória, revelando uma forma que será pressuposta como uma identidade constituída como uma formação ideológica. Produzidas em dado contexto histórico, as formações ideológicas são determinadas por um modo de produção/reprodução/transformação das relações de produção de dada sociedade politicamente constituída. A compreensão das dinâmicas acerca do discurso, neste estudo, é conduzida por teorias que sustentam reflexões, mediante uma análise metodológica que funciona como um conceito descritivo. A partir disso, é possível teorizar um gesto de interpretação ao ser analisada a produção de sentido de um objeto simbólico, que esteja produzindo significância.

Segundo Pêcheux (1995; 1999), na materialidade linguística da memória discursiva - ou efeito de interdiscurso - inscreve-se o *locus* signatário que realiza a cadeia de sentido dos discursos: o pré-construído. Como o produtor do efeito de sentido que nomeia a forma-sujeito por meio da sua inscrição no intradiscurso - ou efeito transversal - o pré-construído é regido por um pré-constructo, sendo este último uma unidade simbólica relativa ao que Paveau (2007) denomina como a uma memória cognitivo-discursiva. Trata-se de um arquivo de quadros prévios da memória discursiva. No presente dispositivo, são utilizadas as suas definições para compor o que se denomina como uma *memória antropognóstica*.

A partir de teorias que consideram o território do saber como o centro de articulação da linguagem territorial, a iconicidade é conceituada como o traço delineador das percepções entre a nomeação, a prática ideológica e a coisa representada, que revela a origem de seu significante como um *tópos discursivo*. Compreende-se o *tópos* discursivo como o lugar discursivo comum que reverbera efeito de sentido na cadeia discursiva dos aparelhos ideológicos em diferentes níveis.

Considera-se o signo linguístico como uma evidência da língua popularizada pelo corpo como um comportamento, este último formatado a partir de efeitos de sentido passíveis de expressão a partir do pré-constructo formalizado pelo *tópos* de seus argumentos. Para Pêcheux (1995; 2012), os argumentos utilizados por um sujeito do discurso tratam-se de uma linguagem opaca e determinada por uma convenção. A partir do momento em que essa convenção encontra-se formalizada, a similitude do ícone convencionado como uma prática ideológica da materialidade da vida política adquire *status* como referência das expressões sintáticas a serem

analisadas como um discurso. A forma convencionada como um signo linguístico é motivada por índices de estrutura morfológica e fonética, transparecendo um tipo de relação natural entre a sua gramática e a sua semântica. Pêcheux (2012) salientou que as palavras, nos diferentes domínios da vida social, podem mudar de sentido de acordo com as posições sustentadas por aqueles que as empregam, avalizando o *status* de fenômenos da semântica como o produto e a produção contextual do discurso. De acordo com o filósofo, para a Teoria Geral da Linguística, a *teoria semântica*, uma *propriedade primária de sentido*, funciona como um prolongamento e o coroamento dos níveis inferiores⁸³ desta ciência multidisciplinar. A fala, o uso da língua, está diretamente vinculada ao meio social em que é articulada, seja sob sua forma política, literária, acadêmica, jurídica, estatal etc. Assim, corresponde a algo que supera a gramática, admitindo um comportamento para ser inscrita e compreendida como linguagem.

A memória antropognóstica representa a síntese de hologramas a serem vetorizados pelos indivíduos de dada sociedade e grupos correspondentes. Conforme Jena (2016), um holograma pode ser compreendido como um sinal completo de dada escrita, formado como uma descrição metodológica de um registro integral da informação em relevo e profundidade; prevê níveis de descrição dispersos, desnivelados e estratificados. Cada uma de suas partes representa a totalidade do conjunto, interpretado pela sua visualização a partir de dado ângulo restrito. As noções da Física indicam a composição dimensional da holografia como que disposta em três níveis subsequentes. Neste artigo, compreende-se que o fenômeno da materialidade do signo holográfico ocorre na conexão entre o pré-constructo, posto em uma dimensão zero apenas como um ponto de referência dinamizado pela linearidade de uma conjunção arbitrária, que compreenderá a primeira dimensão e o início do processo de vetorização. Os eixos que correspondem ao relevo, ou seja, as suas dimensões espaciais em paradigma vertical e horizontal no território narrativo, marcam a segunda dimensão e encontram completude em sua profundidade paradigmática quando é posto como um significante. As equações entre os níveis interdiscursivos e intradiscursivos compõem pontos de imbricações entre a convenção e a razão, que são compreendidas como materializações do próprio conhecimento.

Ao considerar a memória como uma referência nos efeitos de sentido, reproduzida no discurso, é admitida a necessidade da aplicação das teorias da Análise de Discurso. São utilizadas, ainda, conceitos das Geografias do Corpo, enfatizando o corpo como a escala e a unidade simbólica da produção das práticas de participação política e cultural. É evidenciada a

⁸³ O filósofo francês relaciona estes níveis à *fonologia, morfologia, e sintaxe*.

submissão do corpo à incorporação de processos de (des)naturalização e subordinação/assujeitamento ao âmbito em que a Cultura é produzida e compartilhada.

Os pressupostos teóricos do dispositivo de análise topográfica da Cultura: um conceito descritivo

Segundo Michel Pêcheux (1995), a partir de uma crítica de base teórica marxista-althusseriana, freudiana e lacaniana, e ao que postulou Foucault, uma formação discursiva, no que tange à Análise de Discurso, representa uma regularidade linguística em referência a signos; formada mediante atos que surgem como posicionamentos políticos, estes últimos analisados como formações ideológicas produzidas em condições históricas de existência nos aparelhos ideológicos. Pêcheux definiu que o sentido direcionado pelas formações ideológicas é balizado pela sua formação discursiva, sendo esse efeito de sentido compreendido como o discurso engendrado na materialidade histórica do uso da língua em função dialética, a partir do inconsciente.

Conforme Pêcheux (1995), a produção de sentidos é uma circunstância definida pela posição de onde são articuladas as expressões linguísticas, um posicionamento referente a uma formação ideológica. O sentido de uma dada formação ideológica refere a uma reprodução das posições ideológicas marcadas pelo seu contexto em dado processo sócio-histórico. As formações discursivas regulam o que pode e deve ser dito a partir de dada conjuntura sobrepondo-se como um fator determinante, sendo marcadas pela luta de classes e articuladas como expressão linguística. Segundo Pêcheux (1995), a materialidade do discurso e do sentido ocorre quando os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes pelas formações discursivas, transparecendo a existência de uma simetria de adequação ao posicionamento de dada formação ideológica. Ao admitir o caráter polissêmico da linguagem, considera-se que os sentidos são produzidos mediante uma relação estabelecida entre as possíveis inscrições de uma mesma formação discursiva.

Ao evidenciar o ente geopoliticamente localizado em dada temporalidade narrativa, Nunes (2014) compreende que o corpo, ao mesmo tempo em que é objeto, é também sujeito, é material e simbólico. Carrega em si marcas sociais de diferentes contextos históricos, sendo constituído de camadas de significado. O corpo corresponde à base existencial da Cultura, composto por concepções em diferentes domínios, sejam míticos, religiosos, filosóficos,

estéticos etc. Segundo Nunes (2014, p. 13), “escala elementar, primeiro território, mídia comunicacional, o corpo no seu duplo sentido é meio cognitivo e experiência vivenciada”.

As teorias da Análise de Discurso e das Geografias do Corpo oferecem um suporte para as investigações de evidências da individualidade concreta, estrutura da cultura subjetiva, da ordem geopolítica, além de histórica como é explicitamente exposto nas teorias de Michel Pêcheux. A memória discursiva, analisada mediante o seu efeito de interdiscurso, inclui um complexo com dominante de formações discursivas. O complexo com dominante pode ser compreendido como uma combinação de formações ideológicas que sintetizam uma prática ideológica dominante em dada Cultura.

Conforme Pêcheux (1995, p. 149), “a categoria do sujeito é a categoria constitutiva de toda ideologia”, uma existência histórica, concreta. A constituição do efeito de sentido relaciona-se com a constituição da forma-sujeito. A memória discursiva - ou interdiscurso - refere a um conjunto de formações ideológicas constitutivas pela forma-sujeito moderna que materializa um efeito de sentido e que traduz uma prática ideológica. De acordo com Pêcheux (1995), a relação entre a constituição de um efeito de sentido para o discurso e a constituição de um sujeito do discurso ocorre pela interpelação realizada pelo interdiscurso, que de acordo com Paveau (2007) deve constituir uma abordagem em quadros pré-discursivos coletivos, acerca da prática ideológica. Segundo Pêcheux (1995), a interpelação determina o vínculo entre o “sujeito de direito” e o “sujeito ideológico”, assujeitados ao pré-construído das formações discursivas articuladas em luta de classes nos respectivos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Conforme Althusser (1980), a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições de existência. Possui uma presença material ao prescrever práticas rituais por meio de Aparelhos Ideológicos de Estado. Segundo Althusser, complexo de realidade política limitada pelo poder repressivo do Estado, estes aparelhos funcionam necessariamente por meio da instituição de ideologias, alvo e local das lutas entre classes. Pêcheux (1995) esclareceu que a produção/reprodução/transformação das relações de produção são processos objetivos, cujo mistério encontra-se nos trâmites da interpelação dos indivíduos em sujeitos pela Ideologia. Uma formação ideológica marca a sua existência como que pelo sujeito e para o sujeito, como uma inscrição de efeito de sentido nas formações discursivas.

Ao considerar o seu objeto, em síntese, como “práticas discursivas”, Pêcheux definiu que para a questão do discurso na forma-sujeito:

[...] toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das *formações discursivas* que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas. Essas formações discursivas mantêm entre si relações de determinação dissimétricas (pelos ‘efeitos de pré-construído’ e ‘efeitos transversos’ ou de ‘articulação’ [...] de modo que elas são o lugar de um *trabalho de reconfiguração* que constitui, segundo o caso, um trabalho de recobrimento-reprodução-reinscrição [...] a questão da prática discursiva levará necessariamente à questão do complexo das formações discursivas na forma-sujeito. Não se trata de dizer, porém, que uma prática (discursiva ou não) seja a *prática de sujeitos* [...] (PÊCHEUX, 1995, p. 213-214, grifos do autor).

Conforme Pêcheux (1995, p. 214), “todo sujeito é constitutivamente *colocado como autor* e responsável por seus atos”. As formações ideológicas, a partir de suas respectivas formações discursivas, determinam a interpelação do indivíduo em “sujeito-responsável”. Os *efeitos paradoxais* são induzidos por uma dinâmica de desdobramento da forma-sujeito, na qual é estabelecida uma relação entre a composição de um “sujeito da enunciação” e um “sujeito universal”.⁸⁴

A interpelação e o assujeitamento modulam o valor semântico e a alteridade determina o elo com a realidade. A intersubjetividade edifica o corpo cognoscente em seu discurso, inscrito como o próprio conhecimento. No presente dispositivo analítico, essa relação é considerada como um processo cujo fenômeno de produção de efeito de sentido para dado conhecimento-argumento-saber/ideologia decorre. A identidade e a memória de um indivíduo capacitam-no para vivenciar uma realidade em experiência.

A partir de princípios teóricos referentes à cognição, Nunes (2014, p. 05) descreve que uma prática epistemológica das Geografias do Corpo compreende o corpo como o objeto da experiência incorporada. Emerge da experiência humana na diferença. “A corporeidade abre um espaço de significação do mundo em um movimento no qual o sujeito e o mundo se interpretam mutuamente”. De acordo com Nunes, ao longo da história da civilização humana, o corpo tem sido alvo de representações. Nas sociedades ocidentais, as representações e processos de subjetivação estão estritamente interligados à evolução da técnica para a

⁸⁴ Pêcheux (1995) descreveu que esse desdobramento pode assumir duas modalidades evidentes: a superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a tomada de posicionamento discursivo realiza o assujeitamento do indivíduo sob a forma do *livre consentido do sujeito de direito*. Essa superposição indica um sujeito obediente ao Sujeito, o “bom sujeito” que representa a Ideologia do Estado. Interpelado pelo interdiscurso, o indivíduo tomará a forma de um sujeito ideológico determinado pelo efeito pré-construído; ou o sujeito da enunciação poderá voltar-se contra o sujeito universal e ser caracterizado como o “mau sujeito” e produzir um “contradiscurso”. Ao considerar as modalidades anteriores como uma identificação positiva ou negativa, o filósofo propôs a “desidentificação” do proletariado com as ideologias políticas ou científicas do Aparelho de Estado capitalista, conforme diretrizes de uma “tomada de posição não-subjetiva” a partir de conceitos do plano revolucionário marxista-leninista, incluindo as leituras de Louis Althusser.

instituição de imaginários coletivos e à representação e produção de sentidos da reprodução de estereótipos e imagens idealizadas do corpo.

Conforme Pêcheux (1995, p. 91), durante as suas análises, o linguista lida com a problematização do sistema linguístico, investigando o funcionamento da Língua com relação a si mesma. Porém, de acordo com a teoria do filósofo, o linguista deve considerar que a Língua apresenta-se como uma “base comum de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela”, na medida em que os processos ideológicos são simulados em outros processos, como o de identificação cultural. Segundo Pêcheux, os processos discursivos desenvolvem-se sobre as bases do sistema linguístico, enquanto um conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas. Esse sistema é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas e que constituem o objeto da Linguística.

A partir de uma leitura crítica de Ferdinand Saussure [1857-1913], Pêcheux (2012, p. 126) postulou que a aplicação da Linguística deve agir como uma *análise das produções de um efeito metafórico*. Em sua máxima potência “ultrapassa o domínio do estudo de textos, e estende-se ao conjunto de objetos e comportamentos suscetíveis de revestirem uma estrutura”. Segundo Pêcheux, a Análise de Discurso deve considerar as teorias sobre a produção discursiva do sentido de um enunciado.

A referência do signo linguístico encontra-se suspensa em uma série de efeitos discursivos, desde narrativas político-culturais às narrativas mítico-historicistas. Conforme Pêcheux (2012), o sistema que rege a referência ocorre conforme um efeito da produção histórica induzida por uma metáfora. Segundo Pêcheux (2012, p. 152), a abrangência da Análise de Discurso considera como objeto de pesquisa as “formas de circulação que se instauram historicamente entre as diversas zonas discursivas e que se transformam consideravelmente ao longo do tempo”. O processo de produção de um efeito metafórico pode ser estudado a partir das noções acerca da materialidade discursiva, que constitui um nível de existência sócio-histórica. De acordo com Pêcheux, a materialidade discursiva remete às condições verbais de existência dos objetos, sejam esses científicos, estéticos, ou ideológicos etc., relacionados a uma dada conjuntura histórica. Pressupor os objetos de saber como evidências e considerar os processos discursivos nos quais eles são construídos constituem as prerrogativas da Análise de Discurso.

Segundo Pêcheux (2012), a referência discursiva do objeto é construída como formações discursivas, sejam técnicas, morais, políticas etc., que combinam o seu efeito de interdiscurso. Os objetos do saber não possuem uma região discursiva originária. Pêcheux

afirma, apenas, que possuem como origem de seu processo de produção a sua circulação entre as diferentes regiões simbólicas que produzem discurso. De acordo com o filósofo:

Nessa perspectiva, o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente [...]. (PÊCHEUX, 2012, p. 158, grifos do autor).

Pêcheux admitiu a leitura crítica de Althusser a Karl Marx [1818-1883] ao analisar a forma de inscrição de determinados discursos em relação à história do desenvolvimento capitalista. Teorizou que a forma-sujeito encontra-se materialmente dependente do suporte linguístico para articular formações discursivas inteligíveis, embutidas de formações ideológicas que produzam efeitos de sentido em dado contexto histórico marcado pela luta de classes. A partir da crítica marxista e dos conceitos de Althusser, Pêcheux (1995) determinou que os fundamentos de uma teoria materialista do discurso podem ser esclarecidos a partir das questões que envolvem as condições ideológicas da produção/reprodução/transformação das relações de produção. A Ideologia e as determinações socioeconômicas figuram como elementos dentro do quadro em que dadas condições são efetuadas. Conforme Althusser (1980), o Estado é o Aparelho (repressor) de Estado, diferenciando-se dos Aparelhos Ideológicos de Estado, no sentido de que os últimos não agem pela repressão e coerção, mas pela interpelação-assujeitamento do indivíduo, na ocupação de um posicionamento enquanto sujeito. De acordo com Althusser, o Aparelho (repressor) de Estado compreende o governo, a administração, as forças armadas, a polícia, os tribunais e as prisões. Segundo Pêcheux (1995, p. 145), os Aparelhos Ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, “o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção”. As condições contraditórias são constituídas em um momento histórico dado e para uma formação social determinada pelo conjunto complexo dos Aparelhos Ideológicos de Estado que ela comporta. De acordo com Pêcheux:

Compreende-se, então, porque em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos Aparelhos Ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem o caráter ‘regional’ e comportam posições de classe: os objetos ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a maneira de se servir deles - seu sentido, isto é, sua orientação, ou seja os interesses de classe aos quais eles servem -, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia [...] O aspecto ideológico da luta para a

transformação das relações de produção se localiza, pois, antes de mais nada, na luta para impor, no interior do complexo dos Aparelhos Ideológicos de Estado, *novas relações de desigualdade-subordinação* [...] que acarretariam uma transformação do *conjunto* do ‘complexo dos Aparelhos Ideológicos de Estado’ em sua relação com o Aparelho de Estado e uma transformação do próprio Aparelho de Estado. (PÊCHEUX, 1995, p. 146-147, grifos do autor).

Conforme Pêcheux (1995), a desigualdade entre os níveis de formações discursivas, como a que há sob a dominação da ideologia (da classe) dominante, é descrita como inevitável, instável e necessária, para que a classe dominante assegure a dominação e a reprodução dessa dominação exercida sobre a minoria política. As relações de desigualdade e subordinação entre os diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado constituem a cena da luta ideológica de classes. Segundo Pêcheux, o aspecto ideológico da luta para a transformação das condições de produção localiza-se, primeiramente, na luta para impor, no interior do complexo dos Aparelhos Ideológicos de Estado, novas relações de desigualdade-contradição-subordinação e de aliança.

Funcionando como um lastro para a validade e significação das formações ideológicas correntes em dado complexo sociocultural, os Aparelhos Ideológicos de Estado limitam as possíveis combinações da discursividade de uma forma-sujeito. A partir de Althusser:

Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas [...] podemos desde já considerar como Aparelhos Ideológicos de Estado as instituições seguintes - O AIE religioso (o sistema das diferentes Igrejas), o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares), o AIE familiar, o AIE jurídico, o AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos), o AIE sindical, o AIE da informação (imprensa, rádio-televisão etc.), o AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos etc.). (ALTHUSSER, 1980, p. 42-44).

No presente dispositivo, os Aparelhos Ideológicos de Estado são polemizados como territórios do saber. O saber, produzido como um sinônimo da racionalidade, uma faculdade privilegiada na expressão da intersubjetividade, é suscitado por metáforas delineadoras de conceitos delimitados por um marcador pré-construído na forma de interdiscurso. Esse marcador é legitimado como linguagem dominante investida de efeito de sentido mediante mentalidades fixadas conforme um quadro modelar de cada Aparelho Ideológico de Estado. Salienta-se que a luta de classes não se restringe aos embates pela valência concêntrica de dada Ideologia, ou seja, pela legitimação de formações ideológicas no interior de dado Aparelho Ideológico de Estado e conseqüente produção das percepções acerca da Cultura. Após a posse de um território do saber delimitado na Ideologia correspondente, ocorre o embate excêntrico, fase em que o território do saber abrange a complexidade estrutural do Aparelho de Estado.

Não basta representar a Ideologia dominante em dado Aparelho Ideológico de Estado, pois, a definição da dominância no complexo subscreve a dominância entre os demais aparelhos. A Ideologia se realiza em práticas a serem reproduzidas como formações discursivas, mediante a prática de formações ideológicas. As ideologias encontram a sua materialidade simbólica quando incorporadas pela forma-sujeito: um corpo condicionado.

Mediante teorias do aporte epistemológico das Geografias do Corpo, a partir das formulações de Schlanger [1992], Mora (2009) descreve que a nomeação de um território do saber é instaurada pela construção de metáforas delineadoras de conceitos que operam a sua realização como marcadores, para a posse de um território a ser explorado. Consideradas em sua valência excêntrica, as metáforas funcionam como marcadores de separação entre territórios do saber. De acordo com Mora (2009), a delimitação entre os terrenos de conhecimento é acentuada e defendida por um imperativo da distinção de conceitos que, tomados pela sua valência concêntrica, operam como marcadores centrais. Viabilizam no interior de um território do saber o investimento de sentidos que sejam consonantes com o quadro do pensamento fixado. A mediação entre os territórios do conhecimento é engendrada através de embates, focados no alcance de um controle por meio da legitimação de sua linguagem como um território narrativo.

Conforme Pêcheux (1995), toda formação discursiva dissimula, mediante a transparência do sentido que lhe é atribuído, uma dependência com o “todo complexo com dominante” das formações discursivas. Caracterizando o complexo das formações ideológicas, esse “todo complexo com dominante” está submetido à lei da desigualdade-contradição-subordinação, o qual é definido pelo filósofo como interdiscurso. Segundo Pêcheux, a estrutura do interdiscurso determina materialmente o efeito do encadeamento pré-construído em redes de memória e o efeito de articulação das formações ideológicas. A ideologia realiza a sua função de interpelar indivíduos em sujeitos de seu discurso, pelo interdiscurso, fornecendo um sistema de evidências e de significações experimentadas. Assim, é determinada a exterioridade que condiciona a constituição do sujeito do discurso.⁸⁵ Conforme Pêcheux (1995), essa relação realiza-se como uma identificação imaginária que reinscreve o interdiscurso, processo de repetição subordinado pela paráfrase. Como uma dinâmica da linguagem, a paráfrase regula o necessário encadeamento de sentidos pré-construídos no interdiscurso.

⁸⁵ Pêcheux considerou o sujeito em uma perspectiva a partir do psicanalista francês Jacques Lacan [1901-1981].

De acordo com Pêcheux (1995), o interdiscurso determina a inscrição da formação discursiva dominante. A formação discursiva dominante veicula uma forma-sujeito. Conforme o filósofo, a dominância de uma forma-sujeito capitalista é determinada pelas relações de sentidos por meio da articulação de elementos imaginados subordinados ao efeito de sentido, uma presença circunstancial. Determinado pela circunstância que o inscreve, o efeito de sentido do interdiscurso articula outra determinante do funcionamento da linguagem: a polissemia. Dessa forma, é possível compreender o trajeto errante da construção simbólica, polivalente *a priori*. Segundo Pêcheux (1995), essa é a explicação acerca da deriva de sentidos que caracteriza todo processo de significação.

A valorização da mente narra o corpo identificando-o como o ensejo das percepções irracionais, como destaca e critica Mora (2009) quando descreve os processos de desnaturalização do corpo que, no presente estudo, denomina-se como *corpo cognitivo essencial*. Para ser racionalmente conduzido, o corpo age de acordo com condutas instituídas por várias regras, torna-se um *corpo cognitivo condicionado*. A partir de Mora (2009), essas regras são parte integrante dos *percursos topográficos da razão*. De acordo com Nunes (2014), as representações, conceitos e metáforas não são ações exclusivas do cérebro e da mente, são percepções construídas como experiência na integridade do corpo. Há um aumento na variabilidade de categorizações quando as percepções envolvem questões ético-estético-políticas. Segundo Nunes, os objetos são transformados pela Cultura em estímulos do espírito e as imagens perceptivas da corporeidade cognoscente correspondem às representações topograficamente organizadas da experiência. No presente dispositivo, esse processo refere à materialidade cognitiva em que é inscrita a discursividade.

Conforme Pêcheux (1995), em uma abordagem teórica materialista do funcionamento das representações e do pensamento nos processos discursivos, é possível examinar a relação do sujeito com aquilo que o representa. Postulou-se uma “teoria da identificação e da eficácia material do imaginário”. Neste ponto, encontra-se uma contradição, pois, há um caráter espontaneamente idealista, no sentido de que o objeto da análise, caracteristicamente linguístico, é analisado em paridade homogênea com o sujeito, numa relação de necessidade/contingência. O impasse pode ser resolvido, segundo o filósofo, a partir dos métodos amparados nos termos que inferem a intersubjetividade da forma-sujeito. A materialidade discursiva inscrita na ideologia assimilada constitui o ente como sujeito ativamente discursivo, exprimindo mais que ideias, mas uma dada lógica determinada a partir de saberes. Pêcheux (1995) deslocou o efeito ideológico de um sujeito idealista pautado na

subjetividade, determinando um efeito ideológico que impõe a intersubjetividade como uma teoria que em síntese pode ser chamada de “(não-subjetivista) da subjetividade”.

A materialidade do inteligível no corpo cognoscente depende da percepção preservada de uma consciência que denomine os estímulos do espírito, o que é teorizado como a materialidade simbólica referente a uma memória antropognóstica. Essa memória é marcada como uma percepção preservada das práticas antropomórficas definidas na intersubjetividade em dada sociedade. A memória, como um devir, situa a experiência da alteridade como a causa do conhecimento. Essa materialidade simbólica é pressuposta como uma memória coletiva que sintetiza e institui regras para o convívio social, como o assujeitamento ao Aparelho de Estado. É marcada como uma construção assimilada para a naturalização da metáfora do indivíduo produzida a partir do conhecimento. O indivíduo, corpo cognoscente, retoma, mediante a interpelação, representações simbólicas dispersas constituídas de significado para se espelhar numa forma-sujeito - a materialidade antropomórfica autorizada no processo de produção do sujeito do discurso, segundo o aporte da Análise de Discurso.

O conceito de memória antropognóstica pode ser ilustrado a partir das considerações de Paveau (2007) sobre *quadros pré-discursivos coletivos*. Conforme Paveau, a Análise de Discurso deve abordar dados ambientais como uma perspectiva da cognição social, associados às condições de produção discursiva, previstas por Michel Pêcheux. Dados ambientais, os quadros pré-discursivos, ou pré-discursos, são ilustrados como “pré-constructos” onde se misturam saberes compartilhados e arquivados como conhecimentos enciclopédicos, estereótipos postulados silenciosamente. De acordo com Paveau:

Os pré-discursos podem ser vistos como operadores na negociação do compartilhamento, da transmissão e da circulação do sentido nos grupos sociais: eu os defino como um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos que têm um papel instrucional na produção e interpretação do sentido em discurso. São quadros de saber, de crença e de prática que não estão disponíveis apenas no espírito dos indivíduos e na cultura dos grupos (é sua natureza representacional), mas estão distribuídos, no sentido cognitivo desse termo, nos ambientes materiais da produção discursiva (sua natureza prática e mesmo técnica, como veremos). Os pré-discursos não são sequências discursivas identificáveis (discursos que teriam sido produzidos antes, o que os aproximaria do discurso relatado e do dialogismo), mas quadros prévios tácitos, assinalados nos discursos atuais por um certo número de fenômenos. (PAVEAU, 2007, p. 318).

Evidenciam-se determinações pré-linguísticas da transposição em palavras. De acordo com Paveau (2007, p, 317), a partir dessa “matéria-prima” intervém uma “modulação retórica” disposta como metáforas e desvios de sentido. Trata-se de uma “memória do sentido”. “O pré-constructo, como aliás o interdiscurso, não depende da materialidade discursiva e, por isso, não pode ser identificado como um conjunto de discursos concretamente proferidos, embora sendo linguisticamente passíveis de análise”. Está associado ao que Althusser denominou como prática ideológica ou normas práticas que materializam a ideia do sujeito. Conforme Paveau:

Trata-se, de fato, de uma memória cognitivo-discursiva que elabora as linhagens discursivas, as quais podem ser definidas como dispositivos representacionais internos e externos, permitindo acolher e transmitir conteúdos semânticos ligados aos saberes, crenças e práticas. Isso quer dizer que existem ‘lugares de memória’ discursivos e cognitivos. (PAVEAU, 2007, p. 325-326).

A partir de Paveau (2007), os pré-constructos constituem-se como lugares de memória cognitiva e indicam o conteúdo semântico da prática na ideologia. O pré-construído constitui um *nome de memória*, lugar de memória discursiva que transparece no intradiscurso como efeito de sentido, variando num plano social hierárquico. No presente dispositivo, é teorizado que ao identificar o pré-constructo referente ao pré-construído em análise, é identificado o que se nomeia como o *tópos* discursivo, um lugar discursivo comum que reverbera sentido nas cadeias discursivas em diferentes níveis. Por exemplo, ao analisar o Samba como um signo da identidade cultural da Música Popular Brasileira, tem-se como lugar de memória o sistema holográfico acerca do imaginário político nacional na consolidação da indústria fonográfica, uma memória antropognóstica dos anos 1930. A indicação do Samba como a principal mercadoria cultural desse contexto corresponde ao seu *tópos* discursivo.

A linguagem pode ser reproduzida, somente, mediante a representação de uma memória significada como um conhecimento. Influenciada por Pêcheux, Orlandi (1999) parte do pressuposto de que a formação discursiva constitui a materialidade da memória, que *a priori* é um signo social. O sentido do discurso instaura-se a partir das referências do imaginário que representam os signos discursivos como memória, estabelecendo uma dinâmica necessária de retomada de representações simbólicas dispersas, para a construção de um significado. Com isso, o sentido implícito em cada discurso não pode ser autônomo em relação a uma memória pré-existente. Assim, segundo Orlandi (1999), é possível compreender que a linguagem produz sentidos mediante formações discursivas que reverberam os sentidos já produzidos e que estão dispostos numa memória discursiva. Em síntese, essa memória constitui uma referência no ato

da produção de sentidos, materializada através das formações discursivas. A memória discursiva, um elemento simbólico, opera como um espaço de significância mediante o efeito de sentido das formações ideológicas delineadas por formações discursivas.

Descrição do fenômeno da metáfora do indivíduo/ente político

De acordo com Pêcheux (1999), investigar o papel da memória discursiva implica uma abordagem das condições e processos pelos quais um acontecimento histórico, descontínuo e exterior, está inscrito no espaço potencial de coerência próprio a uma memória. A memória discursiva, ordenada em construções simbólicas/icônicas, constitui um espaço de continuidade interna do fenômeno histórico e deve ser compreendida como uma memória social inscrita em práticas. O ícone possui uma eficácia simbólica, constitui o significante da imagem. Conforme o filósofo, a esfera do icônico opera como uma localização de traços distintivos, que mediante a significância representa uma inscrição da formação que remete a um fato discursivo. Um fato discursivo não conduz a uma universalidade ou a uma sintaxe do icônico, pois o seu trajeto é marcado por oposições. Fatos discursivos funcionam como a materialidade de uma memória discursiva.

Postula-se que as formações discursivas funcionam como marcadores de posições discursivas das classes que lutam na Ideologia, pela conquista de um território do saber, ou seja, a conquista de um Aparelho Ideológico de Estado. No presente dispositivo, é admitido que uma formação discursiva configura-se como uma *linguagem territorial*, que nos termos de Mora (2009), a partir de conceitos de Schlanger [1992], trata-se de uma linguagem que engendra o uso das várias metáforas do saber e da sua aquisição.

No universo simbólico acessado mediante uma memória discursiva e o seu efeito de interdiscurso encadeado como o pré-construído de uma linguagem territorial, sintagmas ganham a conotação como nomes que denotam um posicionamento discursivo. Esse processo marca o que compreendemos como uma metáfora do ente/indivíduo político. A partir de Lacan (1986)⁸⁶, compreende-se que o valor da palavra, enquanto ato de discurso, constitui um funcionamento coordenado com um sistema simbólico já estabelecido, imanente e dotado de variação semântica. De acordo com o psicanalista:

⁸⁶ Todas as traduções nossas.

[...] podemos captar, em qualquer caso, como este mundo se põe em movimento, como o imaginário e o real começam a estruturar-se, como se desenvolvem as cargas sucessivas que delimitam a variedade de objetos humanos, ou seja, nomeáveis. Todo este processo encontra o seu ponto de partida nessa primeira referência imagética constituída por uma palavra significativa, o que torna uma estrutura chave que, na lei da palavra, humaniza o homem. (LACAN, 1986, p. 03).⁸⁷

A partir de Lacan (1986), compreende-se que a realidade do sujeito é o mundo humanizado, simbolizado, constituído pela transcendência introduzida pelo símbolo na realidade primitiva, o real sem a mediação de uma leitura. O nascimento do eu ocorre na inscrição de um imaginário, o que evidencia uma dinâmica que articula o simbólico e o imaginário na construção da realidade. O imaginário e o real são compreendidos como materialidades distintas no processo de constituição do sujeito. A realidade é mediada pelo imaginário, que funciona como um ponto de correspondência com o real por meio da significação. Lacan descreveu o fenômeno de “etapa do espelho” como uma fase da identificação que pressupõe a referência imagética virtualmente constituída de valor, a partir de um objeto concreto, como uma realidade, pois constitui-se como a experiência que simula a constituição do corpo intersubjetivo. Trata-se de um processo que reside no domínio da linguagem como referência da existência.

A metáfora do ente político pode ser explicada, ainda, como um efeito interdiscursivo. A partir dos conceitos de Pêcheux, Courtine (2009) formula que o interdiscurso fornece as modalidades do assujeitamento que poderão ser analisadas. O interdiscurso pode ser compreendido como o conjunto de objetos pelos quais o enunciador irá conferir coerência à sua declaração. De acordo com Courtine, a formação discursiva domina a sequência discursiva produzida como enunciado no interdiscurso. A articulação dos significantes do objeto de identificação condicionada constitui o intradiscurso da formação discursiva. O intradiscurso encontra a sua materialidade a partir da inscrição do pré-construído nomeado como uma evidência do conhecimento e da linguagem. O interdiscurso constitui o pré-construído enunciado como produção de efeito de sentido no intradiscurso. Segundo Courtine (2009), a interpelação-assujeitamento do sujeito realiza-se pela identificação do sujeito universal da formação discursiva. As condições de produção de uma sequência discursiva efetuam-se na

⁸⁷ [...] podemos captar en todo caso cómo este mundo se pone en movimiento, cómo imaginario y real comienzan a estructurarse, cómo se desarrollan las cargas sucesivas que delimitan la variedad de los objetos humanos, es decir nombrables. Todo este proceso encuentra su punto de partida en este primer fresco constituido por una palabra significativa, que formula una estructura fundamental que, en la ley de la palabra, humaniza al hombre.

imbricação entre a formação discursiva e a formação ideológica - o encadeamento interdiscursivo.

A partir das assertivas de Pêcheux, Courtine (2009) descreve que o intradiscorso corresponde ao nível da formulação discursiva, à estratégia argumentativa. O intradiscorso aparece como o lugar onde se realiza a sequência dos elementos do saber, onde o desnivelamento interdiscursivo é linearizado numa superfície única de enunciações articuladas. Segundo Courtine, o intradiscorso constitui o lugar onde o imaginário é manifestado no discursivo, ou seja, onde o enunciador é produzido na enunciação como interiorização da exterioridade do enunciável.

Uma experiência do corpo cognoscente, a metáfora do indivíduo político pode ser enunciada, ainda, a partir dos conceitos de Nunes (2014), que descreve a cognição corporalizada como o *corpus* do conhecimento. Neste sentido, o processo também é evidenciado como um fenômeno no campo da linguagem. Conforme Nunes:

A cognição, a percepção e a representação são ações que decorrem da relação estímulo-resposta entre corpo e ambiente. A maneira como percebemos o mundo está inscrita em nossos corpos, o compartilhamento de significados e a significação do espaço configuram ações cognitivas, que apesar de se estenderem para além de nós, não podem ser encontradas separadamente de nossa corporalidade. (NUNES, 2014, p. 113).

De acordo com Nunes (2014), o corpo humano é um sistema aberto em relação de co-dependência com o ambiente e a separação entre a sua exterioridade e o seu interior exige uma atualização constante do mapeamento do corpo:

Cada um percebe e compreende ao seu modo uma realidade, mas a solução não é seguir para um “relativismo hermético” - em que o ambiente é concebido isoladamente pelo sujeito - compomos coletivamente domínios de realidades que integram o eixo das coexistências. O ambiente também é composto por percepções decorrentes de nossa estrutura cognitiva (individual, intransferível), que orienta o modo como percebemos a realidade, uma vez que não estamos separados dos fenômenos que observamos. (NUNES, 2014, p. 118).

Nunes (2014) descreve a *corporalidade do conhecimento* como a distinção entre a “cognição”, a “percepção” e a “representação”. Trata-se de uma crítica referente à questão ontológica instalada ante a ausência de um fundamento para guiar as nossas percepções, uma experiência exclusiva. As convenções cartográficas e as simbologias do fenômeno de aquisição da Cultura referem à atualização de estruturas da mente, que opera por meio da significância.

Submetida a uma tensão, a memória é atualizada mediante uma nova inscrição, que permanecerá como uma identidade, até que ocorra um novo fenômeno. Considera-se, a partir dos conceitos da corrente da Linguística Estruturalista, que o fenômeno de aquisição de memória ocorre a partir de um sistema de signos que constituem uma dinâmica de união em relações de solidariedade e dependência. Como um fenômeno de organização de unidades, mediante equações de delimitação de marcadores da razão, ocorrem modificações em encadeamento cronológico e geograficamente localizadas. Partem de uma matriz de coleção de variáveis linguísticas de um mesmo tipo, acessíveis como signos armazenados contiguamente. Valores simbólicos são delimitados numa inter-relação de elementos atualizados em forma de cadeia e que caracterizam ânimos. Enfatiza-se a emergência da corporeidade na expressão do ânimo, admitindo a topografia da constituição do sujeito forjada na arena política.

Conforme Nunes (2014), o corpo encontra-se estritamente relacionado à produção do conhecimento, inclui conceitos e a própria metáfora. A metáfora, por conseguinte, trata de um processo de organização cognitiva, dinamizada pela capacidade de representação da coisa e de seu próprio estado, adjetivo de sua plasticidade. No todo, o processo de constituição do sujeito refere à projeção de uma significância presente como um conceito posto para a representação. “Nossa construção conceitual se estabelece por meio de imagens perceptivas e de imagens evocadas, sendo as primeiras representações topograficamente organizadas da experiência, e as seguintes, interpretações de um passado vivenciado ou de projeções para o futuro” (NUNES, 2014, p. 128). A cognição articula a referência para a adaptação ao ambiente.

De acordo com Pêcheux (1995), não há propriamente uma subjetividade interagindo mediante atos advindos da cognição nos aparelhos, mas um ritual que produz uma “forma-sujeito ideológica”. Para a Análise de Discurso, a forma-sujeito corresponde a uma metáfora, produzida mediante a portabilidade da manifestação material do efeito de sentido de um dado signo articulado. Conforme Pêcheux (1995), a forma-sujeito recebe o nome do discurso enunciado como uma forma de identificação contingente, pois se trata do portador da representação anunciada como um signo no uso da língua como expressão de uma retórica incidental. A portabilidade do efeito de sentido do objeto em discurso corresponde à subordinação em relação ao estado conceitual da materialidade do mundo exterior da referência enunciativa.⁸⁸

⁸⁸ Pêcheux (1995) enfatiza que a identidade não funciona como um predicado e está exposta em uma oração subordinada substantiva apositiva explicativa ou restritiva, nos termos da Linguística.

Nunes (2014, p. 134) compreende o processo metafórico da constituição do ente como um conceito referente à cognição a partir de Lakoff e Johnson [1980]. Neste sentido, a metáfora assume uma função basilar no sistema conceitual humano e também na linguagem cotidiana, muito além de um mero artifício literário. A partir disso, evidencia-se a metáfora como um conceito que possui como atributos funções cognitivas. A aquisição de identidade em um discurso refere a uma metáfora cuja função cognitiva é “orientacional”, determinada “pelas experiências físicas e mais especificamente, culturais”; que organizam um sistema conceitual para poder conferir um sentido a um determinado conceito. A construção de metáforas orientacionais ocorre a partir de esquemas espaciais de oposição que são estabelecidos de acordo com a vivência de cada indivíduo. Conforme Nunes (2014, p. 136), “nossas experiências básicas de orientações espaciais dão origem a metáforas orientacionais, que estão diretamente associadas a essas experiências e organizam um sistema de conceitos associados a outro sistema de conceitos”.

Compreende-se que a abordagem teórica materialista pêcheuxtiana, descrita como a interpretação acerca do funcionamento das representações na prática discursiva, explica o papel da forma-sujeito como portadora do centro do sentido, mediante um processo de identificação produzido pela eficácia material do imaginário. Neste sentido, o imaginário, ao ser articulado como memória, torna a forma-sujeito portadora da representação assumida como uma identificação com o respectivo significante, mediante uma metáfora. O efeito de sentido que denota o conceito completo do signo, ou seja, a relação com um significado, encontra eficácia quando articulado como um posicionamento ideológico. O imaginário necessita dos atos de identificação do indivíduo como um complemento para a materialidade de sua existência histórica. Na metáfora do indivíduo, que se torna um sujeito do discurso, não há uma representação do signo acerca do ente cognitivo, mas uma representação do ente acerca do signo, numa perspectiva freudiana e lacaniana. Evidenciamos a forma-sujeito como o efeito de práticas discursivas, cuja base representa a Ideologia. Dessa forma, as nossas análises acerca do processo de aquisição da linguagem convencionada para atos da vida em sociedade, nos moldes modernos e subsequentes, delineiam detalhes cartográficos de um fenômeno relacionado à estrutura da cultura subjetiva.

Esteves (2015) propõe uma tese para a análise do funcionamento da noção de padrões constituídos como hábitos culturais como um efeito sintetizado em discurso. Considera que os argumentos, produzidos a fim de serem apropriados como saberes acerca do que constitui uma regra para a representação da constituição de um sujeito do discurso, são incorporados mediante

o assujeitamento ao aparelho respectivo da interpelação acerca de produções eruditas ou populares. A função desses enunciados refere ao controle do imaginário acerca dessa temática na formação social a que se destina histórica e geopoliticamente. Esteves determina uma relação entre a Cultura/Ideologia e o discurso, compreendendo ambos como *práticas subjetivas* - complementos do imaginário.

Considerações finais

As nossas análises, a partir de um quadro de disciplinas e teorias diversas, coadunam métodos da interpretação dos sentidos, da disposição de signos e possíveis interpretações considerando fatores sócio-históricos e geopolíticos. Compreendemos a cognição como um atributo, a percepção como uma capacidade e a representação como um fenômeno da linguagem. Isto posto, demonstramos o nosso dispositivo analítico para a Análise de Discurso e as Geografias do Corpo. O interdiscurso realiza a metáfora do indivíduo ao atribuir-lhe memória, percepções inteligíveis para que haja a materialidade de um efeito metafórico que transparece como intradiscurso e encontra-se significado por um valor simbólico latente num quadro pré-discursivo. A experiência do assujeitamento às formações discursivas imprime a representação de ideologias a partir de um território do saber, articulando uma linguagem territorial. O corpo cognoscente participa da luta entre classes como um sujeito do discurso, inscrevendo um posicionamento experimentado como a vivência política, histórica e cultural geopoliticamente localizada, mencionando argumentos que justificam os seus atos e definem o seu *status* ante *tópos* discursivos referentes ao seu Estado. Identificações com a Ideologia de Estado caracterizam uma entidade política que encontra o seu duplo numa forma antropognóstica reconhecida mediante subversões e associações do inconsciente. Propomos o conceito de que a materialidade discursiva possui função cognitiva.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck et. al. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

ESTEVES, P. M. da S. Comida e alimentação, enciclopédias e cultura: percurso de uma tese em análise do discurso. In: III SEMINÁRIO INTERNO DE PESQUISAS DO LABORATÓRIO ARQUIVOS DO SUJEITO, n. 3, p. 168-176, 2015. UFF, Niterói. **Anais do III Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito**. Disponível em: <<http://www.uff.br/las/periodicos/index.php/seminariointerno/article/download/51/62>>. Acesso em: 26 set. 2015.

JENA, Carl Zeiss. Holografia. In: **Laboratório de ensino de Óptica**. Instituto de Física “Gleb Wataghin” Unicamp: 2016. Disponível em: <<http://sites.ifi.unicamp.br/laboptica/holografia-2/>>. Acesso em: 25 maio 2016.

LACAN, J. [1953-1954]. La topica de lo imaginario. In: _____. **Los escritos tecnicos de Freud** (Seminário 1). Buenos Aires: Paidós Editores, 1986.

MORA, T. O véu territorial da razão e o corpo como natureza-morta. In: AZEVEDO, Ana Francisca de. et al. **Geografias do corpo**: ensaios de geografia cultural. Portugal: Livraria Figueirinhas, 2009, p. 165-186.

NUNES, C. X. **Geografias do corpo**: por uma Geografia da Diferença. 2014. 245 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2014. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/94741?locale=pt_BR>. Acesso: 20 maio 2015.

ORLANDI, E. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD et al. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-69.

PÊCHEUX, M. [1938-1983]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Papel da memória. In: ACHARD et al. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

_____. [1971]. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et. al. 3. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PAVEAU, M-A. Palavras anteriores. Os pré-discursos entre memória e cognição. Tradução de Norma Seltzer Goldstein. In: **Filologia e Linguística Portuguesa**, Brasil, n. 9, jun. 2007, p. 311-331. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59786/62895>>. Acesso em: 27 maio 2015.